



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DFQ

RELATORIA: DFQ**TERMO:** VOTO À DIRETORIA COLEGIADA**NÚMERO:** 83/2025**OBJETO:** 2ª Edição do Manual de Fiscalização das Rodovias Federais Concedidas.**ORIGEM:** SUROD**PROCESSO (S):** 50500.289678/2023-63**PROPOSIÇÃO PF/ANTT:** Parecer nº 00122/2025/PF-ANTT/PGF/AGU**ENCAMINHAMENTO:** pela aprovação da 2ª Edição do Manual de Fiscalização das Rodovias Federais Concedidas.**1. DO OBJETO**

1.1. Trata-se o presente processo da análise da 2ª Edição do Manual de Fiscalização das Rodovias Federais Concedidas, instrumento que consolida os procedimentos, critérios e diretrizes aplicáveis às atividades de fiscalização no âmbito dos contratos de concessão de infraestrutura rodoviária sob a regulação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

2. DOS FATOS

2.1. Por meio do Despacho SUROD 18430636, de 23 de agosto de 2023, foi instaurado o presente processo administrativo, com o objetivo de revisar o Manual de Fiscalização das Rodovias Federais Concedidas, especialmente às diretrizes estabelecidas após a implementação dos Regulamentos de Concessões Rodoviárias (RCR).

2.2. Desde as primeiras etapas, constatou-se a necessidade de atualização nas rotinas e procedimentos de fiscalização, motivo pelo qual, por meio do Despacho SUROD 24740049, de 17 de julho de 2024, a SUROD submeteu à Gerência de Regulação Rodoviária (GERER) proposta de constituição de Grupo de Trabalho, fixando o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão das atividades.

2.3. Além disso, foi sugerida a abertura de processo de participação e controle social, no formato de reunião participativa aberta, com intuito de coletar sugestões e aperfeiçoar a proposta de atualização do Manual.

2.4. No Diário Oficial da União de 24 de julho de 2024, foi publicado o Aviso de Reunião Participativa nº 11/2024 (SEI 24866230), com o objetivo de discutir e receber contribuições sobre a proposta de Manual de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária Federal Concedida. A etapa de participação social foi materializada pela Tomada de Subsídios nº 6/2024 (SEI 28356121), conduzida pela GERER.

2.5. Foram colhidas 112 (cento e doze) contribuições válidas, provenientes de 3 (três) entidades: Arteris S.A. (14 contribuições), Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) (67 contribuições) e Conselho Nacional de Regulação de Obras – CNRO (31 contribuições).

2.6. Outrossim, foi conduzida nova rodada de consultas internas, formalizada pelo Despacho SUROD 29925259, de 6 de março de 2025.

2.7. A versão consolidada do Manual foi apresentada pela Gerência de Fiscalização de Infraestrutura e Operação Rodoviária (GEFOP) por meio do Despacho 31274578, de 24 de abril de 2025.

2.8. Em seguida, o Manual de Fiscalização foi submetido à análise da Procuradoria Federal junto à ANTT (PF-ANTT), que se manifestou por meio do Parecer nº 00122/2025/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI 32955031).

2.9. Assim, a SUROD instruiu os autos com o Relatório à Diretoria nº 275/2025 (SEI 33069067) e a minuta de Deliberação 33011131, e os remeteu à Diretoria Colegiada para análise e deliberação.

2.10. Mediante sorteio realizado em 17 de junho de 2025, esta Diretoria foi sorteada para análise e proposição ao Colegiado, conforme se afere da Certidão de Distribuição 33109531.

3. DA ANÁLISE PROCESSUAL

3.1. Em 2016, foi elaborado o atual Manual de Fiscalização das Rodovias Federais Concedidas, consolidando os procedimentos, critérios e diretrizes aplicáveis à fiscalização no âmbito dos contratos de concessão de infraestrutura rodoviária federal.

3.2. O Manual se destina a padronizar a atuação dos agentes responsáveis pela fiscalização, conferindo maior segurança jurídica, transparência e coerência na aplicação das atividades regulatórias.

3.3. O mencionado documento, contudo, apresentava defasagens frente às atualizações normativas e diretrizes regulatórias introduzidas pela Agência, especialmente após a implementação dos Regulamentos de Concessões Rodoviárias, motivo pelo qual se iniciou o presente processo de atualização.

3.4. Como acima mencionado, a modernização do Manual passou pelo crivo tanto da área técnica da ANTT, como da sociedade, por meio de processo de participação e controle social, recebendo importantes contribuições ao longo do processo.

3.5. Ao compulsar os autos, verifica-se que, das 112 (cento e doze) contribuições apresentadas, acataram-se integralmente 23 (vinte e três, e parcialmente 35 (trinta e cinco); não foram acatadas 48 (quarenta e oito) contribuições, por se mostrarem conflitantes com os contratos de concessão e com as Resoluções que compõem o RCR. Ademais, foram prestados esclarecimentos em 6 (seis) contribuições.

3.6. Considerando a sua relevância estratégica, o Manual foi submetido à análise, ainda, da PF-ANTT, que se manifestou no seguinte sentido:

35. A análise jurídica da minuta do Manual de Fiscalização de Rodovias Federais Concedidas demonstra sua adequação ao ordenamento jurídico aplicável. O instrumento encontra fundamentação legal apropriada na Lei nº 10.233/2001 e no Regimento Interno da ANTT, observando a competência específica da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária para propor normas técnicas e operacionais de fiscalização.

36. A conformidade com o Regulamento de Concessões Rodoviárias constitui aspecto fundamental da proposta. O manual operacionaliza as disposições do RCR-4, estabelecendo procedimentos específicos para aplicação das medidas preventivas e sancionatórias previstas na norma superior. A observância rigorosa às disposições regulamentares assegura a consistência do sistema normativo aplicável às concessões rodoviárias.

(...) (Parecer nº 00122/2025/PF-ANTT/PGF/AGU – SEI 32955031 – grifos nossos)

3.7. De fato, a minuta de Manual, ora em análise, se mostra adequado ao ordenamento regulatório que o fundamenta, concretizando toda a evolução regulatória ocorrida por meio dos RCR e pelos novos contratos de concessão firmados.

3.8. O Manual está dividido em 6 (seis) capítulos e 6 (seis) apêndices, abordando temas como:

- **Capítulo 1:** trata do Plano Anual de Fiscalização (PAF), ações de fiscalização e aplicação de medidas preventivas e sancionatórias.
- **Capítulo 2:** foca nos procedimentos de acompanhamento de obras e diretrizes para emissão de documentos e manifestações técnicas relacionadas a obras e investimentos obrigatórios. Destaca a classificação do risco de atraso em obras como "adiantada," "conforme planejado," "recuperável," "importante," ou "crítico," com base em faixas percentuais de atraso acumulado.
- **Capítulo 3:** aborda os parâmetros de desempenho de conservação e manutenção, incluindo indicadores para classificação das concessões rodoviárias. Introduz a segmentação entre "parâmetros de desempenho de conservação" (verificáveis por inspeção visual rotineira) e "parâmetros de desempenho de manutenção" (que exigem dados técnicos de monitoração periódica).
- **Capítulo 4:** descreve os procedimentos de fiscalização de serviços operacionais, como socorro médico, socorro mecânico e outros incidentes, e o cumprimento dos parâmetros de desempenho contratuais.
- **Capítulo 5:** detalha o cálculo dos fatores de reequilíbrio econômico-financeiro (desconto e acréscimo de reequilíbrio) na tarifa de pedágio, em função do cumprimento de obras e parâmetros de desempenho.
- **Capítulo 6:** apresenta as medidas preventivas e sancionatórias, como alerta de potencial inconformidade, Termo de Registro de Ocorrência (TRO), ação educativa, aviso de não conformidade e autos de infração.

3.9. Diante disso, levando-se em consideração o acima exposto, entendo que o Manual de Fiscalização de Rodovias Federais Concedidas se mostra apto à aprovação do Colegiado, como instrumento que contribuirá diretamente para a efetividade da supervisão contratual e para o fortalecimento da governança institucional.

4. DA PROPOSIÇÃO FINAL

4.1. Diante do exposto, **VOTO por aprovar a 2ª Edição do Manual de Fiscalização das Rodovias Federais Concedidas**, nos termos propostos na minuta SEI 33095171.

Brasília, 28 de julho de 2025.

FELIPE QUEIROZ
DIRETOR



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE FERNANDES QUEIROZ, Diretor**, em 28/07/2025, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **34130120** e o código CRC **5110341C**.